

**Novembro 2004**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Genérico

**Redação** Waldney Oliveira

**Conselho de Edição e Revisão:**

Allan Cain, Fabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

**Editado por:**

Development Workshop-Angola

**Endereço:**

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Telefone:**

+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**

cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

## INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Combustíveis aumentam 70%	1
1.2 Inflação vai manter-se abaixo de 2%, garante o BNA	1
1.3 OGE para 2005 prioriza como ate à fome e estabilização social	2
2.0 HIV/SIDA	3
2.1 Saúde quer aliança nacional no combate à Sida	3
3.0 Governação	4
3.1 “Reeleição de Bush não vai alterar as relações com Angola”	4
3.2 Chefe de Estado admite eleições presidenciais em 2007	4
3.3 Comissão constitucional foi instinta	5
3.4 Director-geral dos Serviços de Inteligência clarifica papel da instituição	5
4.0 SERVIÇOS BASICOS	7
4.1 Cooperativa de Limpeza emprega 537 ambulantes	7
4.2 Reabilitado sistema de captação de água no Huambo	7
5.0 SITUAÇÃO HIUMANITARIA	8
5.1 Comissão Permanente disponibiliza verbas para o desenvolvimento da região sul do país	8
5.2 Conferencia de doadores depende ainda do FMI	8
5.3 Milhares de refugiados poderão morrer de fome	9
5.4 Banco Mundial Clarifica: Conferencia de Doadores depende do governo Angolano	10
5.5 Huambo: Governo precisa de 800 milhões de dólares para a reconstrução da capital do planalto central	11
6.0 TERRA E HABITAÇÃO	12
6.1 MPLA “escorraça” deslocados	12
6.2 GPL reprova pedido de audiência pública	12
6.3 Major das FAA acusado de apoderar-se de casa alheia	12
6.4 Municípes agastados de tanto «engolirem» promessas do administrador	13
6.5 Desmobilizados da Caála recebem 12 hectares de terras	14
6.6 Desterrados em terra própria	14

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Combustíveis aumentam 70%

*Apostulado...15-11-2004*

Os Angolanos acordaram hoje com os preços dos combustíveis mais caros. Uma subida média de 70%, que apanhou de surpresa a população.

Com os novos preços, o litro de gasolina sobe de 20 kwanzas para 34 kz, (cerca de 0,39 usd), e o gasóleo salta de 14 Kz para 25 kz (0,28 usd aproximadamente); nos restantes derivados de petróleo, a garrafa de 12 Kg de gás de cozinha custa 378 kz, a garrafa de 51 kz passa para 1606 kz, o Petróleo Iluminante sobe para 22 kz o litro, enquanto o quilo de asfalto passa a custar 13,5 kz.

### A JUSTIFICAÇÃO DO GOVERNO

O Governo justifica o aumento com a necessidade de gradualmente eliminar o subsídio aos combustíveis, e com o elevado custo das actuais subvenções. Numa nota de imprensa, o Governo afirma que o aumento do petróleo nos mercados internacionais, verificada nos últimos meses, fez com que o subsídio concedido pelo Governo aos diversos produtos, bens e serviços, tivessem em 2004 atingido mil milhões de dólares, dos quais grande parte destinado aos derivados do petróleo. Na mesma nota, o Governo considera que esse montante é “absolutamente insustentável, pois atinge 4,4% do Produto Interno Bruto.” A última actualização dos preços dos combustíveis ocorrera no início de Maio deste ano, e na altura o aumento fora em média de 67%. O aumento dos combustíveis irá continuar, até que os seus preços atinjam “valores lógicos de mercado”, afirmam os responsáveis do Ministério das Finanças.

### DESPROPORÇÃO COM A SUBIDA DOS SALÁRIOS

As primeiras reacções da população são de desagrado, tendo em conta a desproporção entre a subida dos combustíveis e a dos salários. De resto, na nota de imprensa distribuída hoje, o governo lembra que quando foi decidido este aumento (em 20 de Outubro último), foi também aprovada um ajustamento dos salários de 14,2%, muito longe dos 70% de aumento dos combustíveis. Outra preocupação prende-se com o momento desta subida, já que nos aproximamos da época natalícia, altura em que tradicionalmente já se assiste a uma subida vertiginosa dos bens essenciais. Os

consumidores temem que os transportes aumentem já, arrastando com eles a subida dos restantes preços, agravados depois com a subida do fim do ano.

O próprio Presidente da República advertira no discurso de 11 de Novembro contra a tendência dos operadores económicos subirem os preços no final do ano, que agora se afigura inevitável em função desta subida tão acentuada dos combustíveis.

## 1.2 Inflação vai manter-se abaixo de 2%, garante o BNA

*Jornal de Angola...17-11-2004*

O Governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Amadeu Maurício, acredita que a inflação média mensal se vai manter abaixo dos dois por cento até ao final do ano, apesar da subida dos preços de combustíveis registada a partir da última segunda-feira.

Amadeu Maurício reconhece que, ao se aumentar o preço de um produto que tem efeito sobre outros, os relacionados também sofrem alteração. “Ao que temos de estar atento é o efeito que causa nos meses subsequentes”. O governador recorre ao reajuste verificado no mês de Abril para explicar que o Governo tem criado mecanismos para minimizar o impacto negativo da subida dos preços dos combustíveis. Depois de uma inflação mensal de 2,38 por cento em Abril, no mês seguinte, em função dos reajustes, a inflação ficou em 4,49 por cento, um aumento de 2,1 ponto percentual.

Entretanto, em função das medidas tomadas, a inflação viria a desacelerar em Junho para 1,96 por cento e em Julho atingiu a média mais baixa até então alcançada, de 1,45 por cento. Desde então, a média mensal tem ficado abaixo dos dois por cento.

“ Na altura do reajuste, os efeitos foram dissipados facilmente. Introduzimos medidas de controlo que nos permitiram manter a estabilidade dos preços nos meses subsequentes. Desta vez, também tomamos medidas para que aconteça o mesmo. Não esperamos que a repercussão vá para além do mês em que o aumento é praticado”.

### 1.3 OGE para 2005 prioriza como até à fome e estabilização social

*Jornal de Angola...13-11-2004*

O combate à fome e à pobreza, bem como a estabilização social do país são os alicerces do Programa Geral do Governo (PGG) 2005/2006. As acções destinadas à concretização desse objectivo estão reflectidas na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano e também deverá enformar a previsão orçamental para 2006.

Os dois documentos foram apresentados ontem aos representantes do povo junto do Estado, estando prevista para terça-feira – dia dezasseis – a discussão na generalidade do OGE.

A proposta orçamental para o próximo ano prevê um total de despesas avaliado em 805.584,3 milhões de kwanzas equivalente a mais de nove biliões de dólares estimando-se um total de receitas fiscais de 638.234,3 milhões, situação de que vai resultar um défice orçamental de 167.349,9 milhões (USD 1.889,4 milhões), equivalente a 8,9 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

O Estado prevê financiar a diferença entre a pretensão de gastos e a previsão de obtenção de receitas no próximo exercício orçamental socorrendo-se de doações (com as quais vai financiar 4,2 por cento do défice) e financiamento externo (49 %), sendo que 46,8 por cento do défice será financiado com recurso ao financiamento interno.

De acordo com o ministro das Finanças, José Pedra de Moraes - que apresentou o documento - os níveis de despesas correntes cai de 36, 2 por cento para 30 por cento do Produto Interno Bruto (valor do total de bens e serviços produzidos no país num determinado período, geralmente um ano), como consequência da redução da despesa de bens e serviços de 14,5 para 10,0 por cento do PIB e da redução da despesa com subsídios de 4,5 por cento para 1,1 % do Produto Interno Bruto.

No Programa Geral do Governo 2005/2006, apresentado pela ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, o combate à fome e à pobreza, e a promoção da estabilidade social corporizam o seu objectivo geral e servem de linhas orientadoras de todas as acções programadas.

A consolidação da paz e reconciliação nacional, o lançamento das bases para uma economia integrada e auto-sustentada e a recuperação da produção nacional

são algumas das acções programáticas que deverão concorrer para o alcance do objectivo geral do programa.

O programa traça acções de vários sectores, prevendo-se medidas no sector institucional e jurídico que servirão de suporte à pretendida estabilização social. Neste particular aspecto são de realçar medidas como a criação e entrada em funcionamento do Tribunal Constitucional, elaboração do estatuto do Provedor de Justiça e da Alta Autoridade Contra a Corrupção.

O Governo pretende ainda proceder à revisão da Lei 18/88, do Sistema Unificado de Justiça, e promover a resolução de conflitos com recurso a meios não judiciais (o que deverá implicar um aprofundamento dos estudos do direito costumeiro).

É ainda de realçar a pretensão de confiscar bens patrimoniais confiscáveis, o registo de todos os bens confiscados ou nacionalizados pelo Estado, prevendo-se o mesmo procedimento em relação aos bens móveis do Estado que não estão registados ou haja omissão no seu registo.

Tendo em conta a distribuição funcional dos gastos previstos para o próximo ano, o destaque vai para o aumento em 9,1 pontos percentuais as despesas preconizadas no sector produtivo. O referido sector vai consumir 14,8 por cento do total de pagamentos.

A Administração vai consumir 23 por cento, o mesmo que o Sector Social. A Defesa e Ordem Pública deverá gastar 17,9 por cento do OGE, enquanto 21,3 por cento estarão ao serviço da dívida, menos 10,4 pontos percentuais comparativamente ao projectado para o corrente ano.

## 2.0 HIV/SIDA

### 2.1 Saúde quer aliança nacional no combate à Sida

*Jornal de Angola...30-11-2004*

A importância do esforço multisectorial e multidisciplinar, para a mobilização das instituições, com vista o combate ao HIV/Sida foi realçado ontem, em Luanda, pela ministra da Saúde, Albertina Hamukwaya.

Segundo a governante, que procedeu a abertura da conferência nacional sobre as ITS/VIH-Sida, “uma grande aliança deve ser fortalecida integrando os diferentes sectores da vida nacional, desde a agricultura às finanças, da indústria à educação, as igrejas, associações, comunidades, sector privado, órgãos de informação, entre outros”.

Para Albertina Hamukwaya, só uma estratégia que inclua todas as forças vivas da Nação nesta luta contra um inimigo tão poderoso como o VIH se tem mostrado, poderá ser a garantia de sucesso em Angola. O encontro, que decorre sob o lema “Angolanos unidos contra o VIH/Sida”, é organizada pela Fundação Eduardo dos Santos (Fesa) em parceria com o Ministério da Saúde, e visa proporcionar uma oportunidade para a análise e reflexão da actual situação do país no domínio da prevenção e do combate à epidemia, bem como dos principais constrangimentos na implementação do plano estratégico.

O director geral da Fesa, João de Deus, frisou que a problemática da doença no país, tem constituído, desde sempre, uma prioridade na carteira de projectos da Fundação, por considerarem-na um problema maior de saúde pública, factor obstaculizante do desenvolvimento, causa importante de pobreza e sobretudo uma séria ameaça à sobrevivência humana.

De acordo com o relatório da ONUSIDA, existem 13 mulheres para cada 10 homens infectados e esta diferença é particularmente evidente no grupo etário dos 15 aos 24 anos. Para Emília Fernandes, da Rede Mulher, a abordagem e as estratégias utilizadas não são as mais adequadas e não têm em conta os interesses das mulheres. “Os vários debates e informações apenas são passados nas principais cidades e não são levados para os meios rurais, onde as mulheres representam a chave para a segurança alimentar da família”, frisou.

A África sub-sahariana alberga mais de 60 por cento das pessoas com VIH/Sida (25,4 milhões). Em 2003 foram registados no continente 3,1 milhões de novas infecções de um total mundial de cinco milhões, e 2,3 milhões de mortes de um total de três milhões.

## 3.0 GOVERNAÇÃO

### 3.1 "Reeleição de Bush não vai alterar as relações com Angola"

*RNA...03-11-2004*

O Secretário para a Informação do MPLA disse em entrevista à Rádio Nacional de Angola, que a reeleição de George W. Bush para mais um mandato de quatro anos à frente dos Estados Unidos, o mais poderoso país do mundo não vai afectar as relações com Angola.

De acordo com Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", o que vai acontecer não é uma mudança, mas sim, "procurar aprofundar e ampliar as relações que já existem, dizer que conseguimos a nível dos dois governos encontrar os apoios que Angola necessita para a sua reconstrução.

Portanto, acredito que qualquer que fosse o novo inclino para a Casa Branca, as relações não iam mudar muito", recordou.

Norberto dos Santos, disse por outro lado, que Angola deve procurar no quadro das suas relações com os Estados Unidos da América, o apoio da administração republicana no processo de reconstrução das infra-estruturas destruídas pela guerra que dilacerou o país durante 30 anos.

Dados das principais agências de informação do mundo, afirmam que até ao momento, o Presidente norte-americano tem 254 votos do colégio eleitoral, de 29 estados, contra os 252 (de 19 estados e o distrito de Columbia) de John Kerry.

Para a vitória, são necessários pelo menos 270 votos. Ao contrário do que aconteceu há quatro anos, Bush tem agora também a maioria do voto popular, com 51 por cento.

### 3.2 Chefe de Estado admite eleições presidenciais em 2007

*Jornal de Angola...12-11-2004*

O Chefe de Estado, que falava no acto político central alusivo ao 29º aniversário da Independência Nacional, que decorreu na cidade do Namibe, indicou que a ideia de se realizar a eleição presidencial um ano depois das eleições legislativas, sugerida pelo PLD, "pode ser uma saída". "A ideia de se realizar a eleição presidencial um ano depois das eleições legislativas, sendo, no entanto, a Constituição aprovada depois das legislativas, mas antes das presidenciais, pode ser uma saída", afirmou.

O Estadista angolano avançou esta possibilidade depois de ter admitido que a realização das eleições legislativas com o actual texto constitucional "é uma opção". "Depois de muita polémica à volta da elaboração da Constituição, os partidos políticos com assento na Assembleia Nacional estão a formular os seus projectos de lei sobre as eleições na base da actual Lei Constitucional. Esta pode ser uma opção, nada temos contra", afirmou. Para o Chefe de Estado, "o que interessa é que a Assembleia Nacional aprove tão depressa quanto possível o pacote de leis necessárias para preparar e realizar essas eleições". O Presidente José Eduardo dos Santos acrescentou, todavia, que a opção pela realização de eleições com o actual texto constitucional implica que "o período de transição iniciado com a aplicação dos Acordos de Bicesse e o Protocolo de Lusaka não terminará em 2006, como foi previsto pelo Conselho da República". O alto mandatário da Nação defendeu, também, a necessidade de se manter a estabilidade política actual e que se continue a procurar soluções consensuais para uma transição tranquila e exemplar, no espírito da reconciliação e concórdia nacional. Defendeu também a necessidade de se criarem "as melhores condições possíveis" para que o povo angolano escolha livremente, sem qualquer interferência externa, os seus dirigentes. José Eduardo dos Santos reconheceu, por outro lado, que no país há cada vez mais angolanos aptos, política e tecnicamente, para a construção da nova Angola próspera e democrática, em que cada um possa realizar o seu sonho. O Chefe de Estado disse, porém, que o desenvolvimento que se deseja para o país não será evidente sem o contributo da educação e de uma melhor formação profissional.

### 3.3 Comissão constitucional foi instinta

*Apostulado...19-11-2004*

O parlamento extinguiu a Comissão Constitucional hoje por voto maioritário. A decisão foi aprovada por toda a bancada do MPLA contra os deputados da oposição e quatro abstenções.

Na sequência desta decisão, os trabalhos de elaboração da nova Constituição de Angola serão concluídos em plenário da Assembleia Nacional, com o apoio da Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos. A proposta de extinção foi apresentada pelo MPLA na sequência do impasse em que caíram os trabalhos desta comissão desde 12 de Maio, quando a oposição suspendeu a sua participação como forma de pressionar o presidente angolano a iniciar consultas para a marcação da data das eleições.

Criada pela Lei 1/98, de 20 de Fevereiro de 1998, a Comissão Constitucional era composta por 44 deputados, dos quais 25 do MPLA e 15 da UNITA. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Partido de Renovação Social (PRS) e o Partido Liberal Democrático (PLD) tinham um deputado cada, enquanto o restante membro da comissão representava um grupo de sete pequenos partidos com assento parlamentar.

#### PRINCÍPIOS BÁSICOS

Durante o seu primeiro ano de funcionamento, a comissão dedicou-se à criação de condições que permitissem a sua actividade, ao mesmo tempo que os partidos apresentavam as suas propostas de Constituição. Recebeu nove propostas, remetidas pelo MPLA, UNITA, FNLA, PLD, PRS, PDP-ANA, FDA, PNDA e PSD. Os trabalhos de elaboração do novo texto constitucional, tendo como base estas propostas, começaram em 1999 e, no ano seguinte, foram aprovados os 27 princípios básicos da futura Constituição de Angola, bem como a sua estrutura. Em aberto ficaram, no entanto, quatro questões, entre as quais a definição de quem deveria chefiar o governo: o Presidente da República ou o primeiro-ministro. A estrutura do parlamento com uma ou duas câmaras e a definição do carácter das autarquias locais como supra-municipais eram outras questões em aberto. Por decidir ficou também se os governadores provinciais seriam eleitos ou nomeados pelo Presidente da República.

Na sequência dos debates que se seguiram, a comissão

acabou por ultrapassar algumas destas questões, tendo decidido por consenso que o futuro parlamento deveria ter apenas uma câmara e que as autarquias, como órgãos do poder local, deveriam ser eleitas e estruturadas ao nível de município. Foi também decidido que os governadores provinciais serão nomeados pelo Presidente da República, mas, quanto à chefia do governo, não foi possível chegar a um consenso. Posteriormente, depois do fim do conflito armado, o MPLA e a UNITA assinaram, a 05 de Dezembro de 2002, o denominado Acordo de Alvalade, nos termos do qual acordaram que o chefe do governo deverá ser o Presidente da República e que o governador provincial será nomeado sob proposta do partido que obtenha o maior número de votos na respectiva província nas eleições legislativas. Este entendimento permitiu a elaboração de um anteprojecto do novo texto constitucional, cuja discussão nunca chegou a ser concluída na Comissão Constitucional devido à suspensão da participação dos partidos da oposição. Durante os últimos meses, a oposição rejeitou todos os apelos do MPLA para regressar aos trabalhos, apesar de, em Setembro, ter admitido que o poderia vir a fazer em breve.

#### INVERSÃO

No início de Novembro, as posições inverteram-se, surgindo o MPLA a defender a extinção da Comissão Constitucional e a conclusão dos trabalhos de elaboração da nova Constituição no plenário da Assembleia Nacional, apoiado pela Comissão de Assuntos Jurídicos e Constitucionais.

A oposição parlamentar ainda tentou defender a continuação dos trabalhos na Comissão Constitucional, mas não conseguiu evitar a extinção da comissão, hoje aprovado pelo parlamento angolano com os votos do MPLA.

### 3.4 Director-geral dos Serviços de Inteligência clarifica papel da instituição

*Apostulado...27-11-2004*

O director-geral dos Serviços de Inteligência Externa de Angola, general Fernando Garcia Miala (na foto), afirmou, em entrevista concedida ao Jornal de Angola, que a razão de ser da instituição é garantir a protecção de cada cidadão e das Instituições Nacionais, significando isso que, qualquer cidadão nacional, no interior ou exterior do país, deve ser protegido.

Comentando a visão de certos círculos em Angola e no estrangeiro que afirmam que a actividade de

Inteligência no país está centrada na vigilância e perseguição político-partidária e dos chamados activistas da Sociedade Civil, referiu que a acção da instituição permite que o cidadão não seja utilizado por forças ou Serviços Especiais estrangeiros sob várias coberturas, para a realização de actos ou acções que coloquem em perigo a segurança do Estado angolano, seja de forma isolada ou em grupo.

“Não nos parece lógico que num Estado de Direito em que se procura salvaguardar as liberdades e as garantias dos cidadãos, se persiga alguém com intenções maléficas, quando é nosso dever protegê-lo de eventuais acções de instrumentalização que o possam levar a agir contra o seu próprio Estado e povo”, enfatizou.

Na entrevista, publicada hoje, Garcia Miala admite que alguns cidadãos já foram algum dia mobilizados para servir interesses alheios e estranhos, convictos aparentemente que estavam a servir uma causa justa e em benefício do país.

“Quantos de nós viajando, estudando ou residindo no exterior por razões várias, não servimos já de veículos para que se concretizassemos acções alheias aos nossos interesses superiores e convergentes, que são os de fazer de Angola um país próspero e de igual oportunidades para todos?”, questionou.

Por outro lado, o general Garcia Miala afirmou que em Angola existem seitas religiosas com cunho fundamentalista e que já tentaram recrutar ex-militares especializados em engenharia para acções terroristas.

“Tivemos conhecimento e acompanhamos casos no passado a nível dos Serviços, de angolanos que saíram do país com o objectivo de irem para uma aparente bolsa de estudo de uma suposta organização religiosa, mas que quando se perceberam já estavam algures no Egipto e num centro onde aprendiam a doutrina Fundamentalista Islâmica”, afirmou.

“Estes compatriotas, num total de quatro, organizaram uma fuga até à cidade do Cairo e de lá foram recolhidos para o nosso país”, referiu, indicando que não se adaptaram, pois tudo quanto viram era contrário à sua cultura.

Disse ter-se registado um outro caso, e relativamente mais recente que o anterior, de uma suposta seita religiosa que procurou mobilizar selectivamente para as suas fileiras novos membros, preferencialmente ex-militares que tivessem especialidade de Engenharia militar.

“Nenhum candidato com o referido perfil aceitou ser mobilizado, porque não existe o espírito de suicida na nossa cultura, sobretudo quando se tratam de causas alheias”, realçou.

Na entrevista, o general Fernando Garcia Miala falou da existência de sinais de que pelo menos dois grupos terroristas conhecidos internacionalmente estão presentes em Angola, encontrando-se no país com o proposito de mobilizar apoios financeiros para suporte às suas operações no exterior, ou esconderijo dos que estejam a ser procurados internacionalmente.

## 4.0 SERVIÇOS BASICOS

### 4.1 Cooperativa de Limpeza emprega 537 ambulantes

*Jornal de Angola...15-11-2004*

Quinhentos e 37 vendedores ambulantes foram empregues numa cooperativa que se dedicará a limpeza da cidade de Luanda, denominada Etu Kya Luanda e que se dedicará essencialmente a trabalhos de varredura de algumas artérias, nomeadamente de São Paulo, bairros Operário, Marçal, Terra Nova e a zona do Eixo Viário.

A cooperativa é uma iniciativa da JMPLA e tem como objectivo, de acordo com a secretária provincial da organização, Anabela dos Santos, absorver os jovens ambulantes em actividades úteis.

Segundo a responsável, 37 deste jovens serão enquadrados em projectos diamantíferos por terem níveis de escolaridade aceitáveis. Por seu turno, a membro da Comissão de Gestão de Luanda, Francisca do Espírito Santos, por contribuir para a limpeza da cidade e emprego para os jovens, o Governo dará o seu apoio a instituição.

Já o director geral da Empresa de Limpeza e Saneamento Básico de Luanda (Elisal), Atanasio Rodrigues adiantou que a sua empresa verá a definição das áreas de actuação da cooperativa, bem como a fiscalização do trabalho a ser efectuado.

O director provincial do Emprego e Segurança Social (Mapess), Venceslau de Matos, adiantou que embora estejam assegurados os empregos, os membros da cooperativa devem prosseguir os seus estudos de forma a melhorarem as suas qualificações.

Prometeu ainda abrir cursos de formação profissional aos que manifestarem interesse em dar continuidade aos seus estudos.

### 4.2 Reabilitado sistema de captação de água no Huambo

*Jornal de Angola...12-11-2004*

Noventa e quatro mil e 220 dólares foram investidos este ano pelo governo e o fundo das nações unidas para a Infância (UNICEF), na reabilitação do sistema de captação e tratamento de água rio município de Ekunha (Huambo), inaugurado quarta-feira pelo

governador local, António Paulo Cassoma, no quadro das comemorações do 29º aniversário da independência.

Para o efeito, foram construídos seis chafarizes para benefício das populações das áreas periféricas daquela circunscrição, novas salas de aulas, centro e postos de saúde. O sistema de captação e tratamento de água do município de Ekunha localizado a 42 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo, foi destruído pela guerra, privando a população de abastecimento de água.

No âmbito do seu programa de aumento e oferta dos serviços básicos à População, o Governo da província do Huambo vai brevemente reabilitar o sistema de captação e tratamento de água nas comunas de Ussoque (Londumbali), Katchiungo e da Tchicala-Tcho-lonhanganga.

População do Ekunha volta a ter água canalizada

O sistema de captação e tratamento de água, do município do Ekunha a 48 quilómetros a Noroeste da cidade do Huambo, foi ontem inaugurado em saudação, ao 2º aniversário da independência de Angola.

A população da sede do município do Ekunha, estimada em mais de 23 mil habitantes, durante muitos anos recorreu aos fontanários e pontos de água para satisfazer as suas necessidades.

De acordo com as autoridades locais, o sistema de captação e distribuição de água canalizada foi destruído em 1989, nos confrontos armados.

A rede de conduta, desde a captação ate aos oito tanques de distribuição com mais de 10 mil litros cada, estão prontos para começar a abastecer de água potável à população local", disseram.

O sistema vai funcionar por gravidade e a bombagem da água é de 110 metros cúbicos por hora uma motobomba e um grupo gerador serão instalados no local para facilitar a canalização da água até aos consumidores.

De acordo com os especialistas da direcção provincial de água, ensaios de distribuição de água já com eçaram a sei efectuados.

Este projecto do Governo da província do Huambo teve início no ano transacto e conta com O apoio, do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), nesta cidade.

O Governo tenciona em 2005 recuperar os sistemas de abastecimentos água dos municípios de Katchiungo e Bailundo, enquanto que em fase de conclusão estão as obras de reabilitação do Tchinjaenje...

## 5.0 SITUAÇÃO HUMANITARIA

### 5.1 Comissão Permanente disponibiliza verbas para o desenvolvimento da região sul do país

*Jornal de Angola...10-11-2004*

O governo angolano vai disponibilizar durante o biénio 2005/2006, 20 milhões de dólares para os programas de melhoramento e aumento de oferta de serviços básicos às populações das províncias do Namibe, Cunene e Kuando Kubango, segundo decisão da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, reunida nesta quarta-feira, no Namibe, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A Comissão Permanente tomou conhecimento do processo de recepção de propostas de investidores internacionais que pretendem habilitar-se à concepção de exploração de ferro de Kassinga, (província da Huíla), cujo prazo termina em Dezembro do corrente ano.

Ainda segundo o comunicado saído da reunião, tomou-se conhecimento, do ponto de situação da elaboração do Plano Director para o desenvolvimento da Baía dos Tigres, no Namibe.

Nesta reunião foi prestada uma informação sobre o memorando respeitante ao processo de reabilitação do Porto do Namibe, cujo montante, segundo estudos do Banco Mundial, estão calculados em cerca de 45 milhões de dólares.

A Comissão Permanente tomou ainda conhecimento sobre o combate à desertificação no Namibe, tendo recomendado a criação de uma estrutura designada Unidade Técnica de Execução, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada ao governo da província e com assistência técnica do Instituto do Desenvolvimento Florestal, encarregue de coordenar o combate à desertificação na província.

Dentre outras medidas, propõe-se a captação de fundos internacionais, nomeadamente junto do PNUD

(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), do Banco Mundial, do Fundo Mundial para o Meio Ambiente e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, para financiar o combate à desertificação.

### 5.2 Conferencia de doadores depende ainda do FMI

*Apostulado... 19-11-2004*

O Banco Mundial continua a condicionar a conferência dos doadores sobre Angola ao acordo com o FMI.

A posição foi reafirmada ontem em Luanda, no termo da missão de duas semanas efectuada pelo director do Banco para Angola e Moçambique, Michael Baxter.

«A realização da conferência está dependente da assinatura de um acordo sustentável entre o governo angolano e o Fundo Monetário Internacional», declarou Laurence Clarke, representante residente do Banco em Angola, presente na mesma conferência de imprensa. A segunda condição, completou, é a apresentação final do programa do governo angolano de luta contra a pobreza.

«É importante que a conferência tenha sucesso e daí a importância desses dois factores, que servirão para ajudar os doadores a entender melhor os planos e as prioridades do governo», completou por sua vez Baxter. Preenchidos os dois requisitos, Baxter admite ser possível a realização da conferência dos doadores sobre Angola nos meados do próximo ano, entre Junho a Agosto de 2005.

No ano transacto, o governo angolano, que espera obter três mil milhões de dólares (USD) da almejada conferência, solicitou os bons officios do Banco Mundial no sentido de sanar o seu relacionamento do FMI. O diálogo retomou de facto entre Luanda e o FMI, mas não se vislumbra ainda o prazo do seu feliz desfecho.

**NOVA ESTRATÉGIA DE APOIO À TRANSIÇÃO**  
Michael Baxter veio a Angola para discutir também com as autoridades a preparação da nova Estratégia de Apoio à Transição (EAT). A negociação incide num novo programa de apoio para 18 meses no valor global de USD 200 milhões.

A nova EAT, que deve começar a ser implementada em Fevereiro ou Março de 2005, pretende ser um “programa de apoio multi- sectorial”, especialmente vocacionado para a reconstrução do país. Nesse

sentido, segundo Baxter, o programa terá como componentes principais a reconstrução de infra-estruturas, o apoio à saúde e educação e o fomento da agricultura, incluindo ainda, entre outras áreas, uma componente de apoio ao reforço da capacidade governativa.

A anterior ETA, que foi implementada entre Março de 2003 e Junho de 2004, teve como principal objectivo o apoio ao governo nas áreas da desmobilização e reintegração de antigos combatentes e da estabilização macroeconómica.

Nesse sentido, foram implementados quatro projectos, num valor global de USD 124,6 milhões, o mais importante dos quais relativo à desmobilização e reintegração de ex-combatentes. Este programa, que se prolonga até 2006, envolve um investimento de USD 33 milhões.

«Este é um projecto-bandeira do Banco Mundial em Angola», frisou Laurence Clarke, salientando que foi feito um «enorme esforço» na sua instalação, para que tudo pudesse correr conforme o planeado.

Por essa razão, o programa foi lançado em meados do ano passado, mas só começou a ter aplicação prática em Março deste ano, o que, na perspectiva dos responsáveis do Banco Mundial, explica algumas das críticas que têm sido feitas quanto à sua morosidade. «Entendo a impaciência das pessoas, mas acredito que a situação vai melhorar dentro de dois ou três meses», frisou Michael Baxter.

### 5.3 Milhares de refugiados poderão morrer de fome

*A Capital...20-11-2004*

Refugiados provenientes do Congo Democrático, assim como deslocados Angolanos passam por uma profunda crise alimentar, depois de terem sido abandonados à míngua, em Viana 11, pelo Governo Angolano e pela comunidade internacional

Um conglomerado de case-bres, erguido na chamada Viana-Sanzala, serve de abrigo para mais de 3.000 pessoas que há mais de três décadas abandonaram a província de Katanga, no então Zaire, para fixarem-se em Angola, em busca de paz. Na condição de refugiados, e sem qualquer tipo de apoio, vivem em condições extremamente penosas desde que deixaram de receber apoio do organismo das Nações Unidas para os refugiados.

Os albergues, do chamado bairro dos katangueses, feitos de adobe e cobertos com alcatrão, são o único abrigo dos refugiados. Devido à insegurança das construções, que muitas das vezes desabam devido às chuvas, os moradores do bairro apelidaram-nas jocosamente de «casas de manteiga». «Estamos a sofrer muito», começou por frisar Catamarta, 33 anos. Encostada a uma árvore para fugir ao calor intenso, explicou que abandonara a província de Katanga, no actual Congo Democrático, ainda em tenra idade em busca de paz. «Foram momentos difíceis, fugimos de um país que tinha guerra e entrámos para uma terra em que também havia conflito», lembrou Catamarta.

Depois de cruzar a fronteira entre o seu país e Angola, a refugiada fixou-se na província do Moxico. Contudo, a estadia no local viria a interromper-se com a intensificação da guerra civil no país que a acolheu. «Por isso, fugimos para Luanda, onde a situação era calma», explicou.

Durante vários anos, deslocados na condição da congoleza beneficiaram da ajuda do ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Embora a ajuda então cedida não fosse suficiente, servia para suprir as necessidades básicas dos refugiados. «Recebíamos milho, feijão, óleo, açúcar e sabão», lembrou Catamarta, ressaltando pouco depois que esse auxílio foi cortado «desde Agosto».

Em terra alheia, sem qualquer fonte de subsistência, a refugiada passou a sobreviver da venda de lenha que era recolhida a vários quilómetros de distância do local em que habita.

Mas, como esta prática é extensiva a todos os habitantes de baixa renda da zona, os locais em que a lenha podia ser encontrada começaram a escassear. «Agora temos de ir procurar mais longe. É muito sofrimento, temos que andar mui-to», lamentou.

Em meio de tantas dificuldades, a refugiada congoleza passou a sobreviver trabalhando em lavras situadas em Kikuxi e Calumbo. Como paga pelos serviços prestados, Catamarta e seus compatriotas recebem apenas permissão para cortar alguns arbustos que são convertidos em lenha. «Vivemos como escravos», classificou, mostrando as mãos calejadas devido ao uso constante de enxadas.

Outra refugiada, desta feita Mbaia Maria, lamentou também as condições desumanas a que está submetida. Tal como muitos outros, a sua odisséia de sofrimento começou quando os seus pais tiveram que abandonar a província de Katanga, no Congo

Democrático, para se fi-xarem em Angola em busca de paz. «Contaram-me que nasci quando a minha família atravessava a fronteira», esclareceu. Várias décadas depois, Maria vive um mar de dificuldades, uma situação que segundo a mesma, a deixa desesperada. «Não tenho pão para dar aos meus filhos, para ter algo para comer sou obrigada a traba-lhar nas lavras», frisou, acrescentando que tem sido vítima de «mui-ta humilhação».

Com a chegada do tempo chuvoso, as preocupações dos con-golesees refugiados em Viana aumentam, uma vez que os casebres poderão não resistir. «Quando chove, sinto ainda mais a minha condição de refugiada», começou por explicar, acrescentando mais adi-ante que o local em que mora «fica cheio de água», pelo que prefere ficar sob a chuva com os filhos. «Faço isso por receio de que a casa de adobe desabe em cima de nós», explicou.

E como se a falta de comida e o facto de estar sujeita as intempéries fosse apenas a entrada de um cardápio de luxo, Maria e seus compatriotas enfrentam ainda a falta de assistência médica. «Havia um posto de saúde, mas desde que o ACNUR deixou de ajudar-nos, ficamos sem assistência», explicou.

«Por exemplo, a minha vista está afectada por cataratas, mas não consigo tratar-me», lamentou, apontando para o seu olho direito. Sem recursos, Maria não pode pagar uma intervenção cirúrgica, pelo que teme que a doença evolua para a cegueira. Cansada de tanto sofrimento, apela às organizações não governamentais internacionais no sentido de voltarem a prestar auxílio aos refugiados do Congo Democrático. «Não é justo abandonarem-nos aqui, sem comida, sem medicamentos. Se continuar assim, muitos acabarão por morrer», afirmou.

O coordenador do bairro de refugiados katangueses, Macalenga Listen, em Angola desde 1967, classifica a situação em que vivem de «insuportável», alertando para o perigo de uma catástrofe humanitária caso os apoios tardem a chegar.

O mesmo explicou que estão no país 6. 977 Refugiados, que abandonaram a província de Katanga, devido à instabilidade naquele país. O mesmo lamentou o facto do ACNUR ter cortado a assistência, que durante anos ajudou na subsistência dos katangue-ses que aportaram a Angola em busca de sossego. «A vida está mal, não temos recursos e ninguém se lembra de nós», lamentou.

Outra das questões que causa insónia ao refugiado é a falta de escolas para a comunidade. «Durante o longo

período de guerra que enfrentámos em Angola, tivemos que estar sempre a fugir e as crianças não tiveram a oportunidade de estudar», explicou, para momentos mais tarde acrescentar que o facto de apenas existir uma escola do primeiro nível no campo de refugiados faz com que o nível de analfabetismo seja muito elevado.

Quanto a regressar ao Congo Democrático, Listen garante que prefere continuar no país. «Aguentamos todo esse tempo em que Angola esteve em guerra e agora que vivemos em paz não quere-mos voltar para a nossa terra onde ainda existe instabilidade», justifi-cou.

## 5.4 Banco Mundial Clarifica: Conferência de Doadores depende do governo Angolano

*Actual..23-11-2004*

A realização da tão esperada Confe-rência de Doadores, na Bélgica, poderá ocorrer nos meados de 2005.

Mas tal expectativa só será um facto se até lá o governo An-golano clarificar a gestão das receitas e despesas e assinar, igualmente, o aguardado acordo com o Fundo Mone-tário Internacional.

O governo terá que convencer a Comunidade Internacional que as contas estão ok”, alertaram. Reconheceram, no entanto, ter havido melhorias na contabili-dade, mormente no que diz respeito as receitas do petróleo e diamantes, “embora mu-ito ainda há que ser feito”.

A posição foi avançada a semana passada, durante uma conferência de imprensa animada pelo director do Banco Mundial para Angola e Moçambique, Michael Baxter, e o representante dessa instituição mundial no país, Lawrence Clark.

Informações oficiosas apontam para 3 biliões de dó-lares as necessidades finan-ceiras do governo para complementar o OGE no esforço da reconstrução nacional. Interrogados se havia concertação entre o FMI, BM e alguns países “poderosos” como os Estados Unidos e o Reino Unido quanto a inviabi-lização do evento, a resposta foi negativa.

O argumento de ambos foi de que apesar da situação de instabilidade de que Angola padeceu durante décadas e a falta de reformas económicas e transparência na gestão dos dinheiros públicos o país sempre beneficiou do apoio do Banco Mundial.E a

prova é a disponibilização para os próximos 18 meses de 200 milhões de dólares para apoiar um programa multisectorial em infraestruturas económicas, sociais e produtivas, reforço da capacidade institucional a todos os níveis, monitorização e avaliação de projectos.

Tudo no sentido do executivo melhorar as performances económicas.

Outros 125 milhões de dólares serão, também, entregues tão logo seja definido e concluído o próximo programa do governo, sobretudo o de combate a pobreza a médio e longo prazo. Michael Baxter aproveitou o encontro com a comunicação social para apresentar o balanço da visita que efectuará a província Angolana do Bié, bem como rever a concluída estratégia do BM de apoio à transição do país e colher informações para elaboração das propostas para intervenções vindouras.

O director do Banco Mundial para Angola e Moçambique informou os jornalistas dos contactos mantidos com responsáveis governamentais de diversos sectores, comunidade doadora e ONGs.

A implementação da estratégia do BM terá início em 2005 e terminará no ano sub-sequente. Desde a adesão de Angola à instituição, em 1989, o país já beneficiou de mais de 400 milhões de dólares para financiar 14 projectos (créditos e doações) nas áreas de gestão financeira, educação, energia, transporte,

desmobilização e reintegração de ex-militares, entre outros. Embora o executivo seja considerado de caloteiro, Baxter e Clarke contrariaram tal terminologia, afirmando que os compromissos têm sido honrados, regularmente. Realçaram o facto das autoridades terem já reembolsado cerca de 10 milhões de dólares.

## 5.5 Huambo: Governo precisa de 800 milhões de dólares para a reconstrução da capital do planalto central

*RNA...29-11-2004*

A reconstrução da cidade do Huambo vão custar 800 milhões de dólares norte-americanos. A revelação foi feita à Rádio Nacional de Angola, pelo Governador Provincial do Huambo, Engenheiro Paulo Kassoma (na foto).

De acordo com o governador, os recursos a serem alocados no processo de reconstrução serão locais, e ainda os de âmbito central, que incidem na província,

bem como dos parceiros do governo, entre eles, o Fundo de Apoio Social e outras Organizações Não Governamentais.

Paulo Kassoma, disse também que a circulação ferroviária constituiu um ponto para o desenvolvimento da província. Para o governador, com o comboio a circular na província, será um grande estímulo para o investimento privado no Huambo e o aumento de mais postos de emprego aos cidadãos locais

responsabilidades, se não quiser ter uma situação de morte em série, por falta de comidas

Entretanto, os poucos que ficaram, parecem ver uma luz no fundo do túnel, ao terem recebido a promessa do governador Dumilde Rangel, de os ajudar com todos os meios ao seu alcance, para ultrapassar a crise alimentar, aconselhando-os por via disso a ficarem na comuna, rica na produção de café e citrinos, e que tem uma população estimada em 10 mil habitantes.

## 6.0 TERRA E HABITAÇÃO

### 6.1 MPLA “escorraça” deslocados

*Folha 8... 06-11-2004*

O primeiro secretário Provincial do MPLA em Benguela, Jeremias Dumbo, reunido com as autoridades tradicionais da comuna da Chicuma, que dista a 150 quilómetros do município da Ganda, decidiu orientar o regresso, quase compulsivo de mais de 150 deslocados de guerra, provenientes da província da Huíla.

Estes que se queixavam da falta de apoio alimentar e medicamentoso, desde Agosto, viram a sua situação agravar por terem de retornar, para antigos centros de acolhimento na Huíla, uma vez não haver nenhum programa e orientação, que viabilizasse uma melhor inserção social.

“Condenamos esta prática do MPLA, por estar a substituir o governo e obrigar o povo a aderir ao seu partido devido a comida”,denunciou José, acrescentando o facto de no período de guerra terem sempre recorrido a nossa província e filhos para irem para as frentes de combate, mas hoje como já não precisam, deitam-nos fora, como se fossemos lixo”.

Para um dos sobas da região esta situação é muito triste, porque “o governo nem colocou transporte a disposição das pessoas, que tiveram de desenrascar, assim mesmo, a pé ou de boleia”, asseverou, reconhe-cendo que os deslocados “estavam mesmo a passar muito mal, porque o PAM não estava a abastecer, nem a delegação do ministério de Assis-tência e Reinsertação Social, fazendo com que muitas crianças morressem nos campos, por falta de medicamentos”.

Neste quadro o governo não se pode demitir das suas

### 6.2 GPL reprova pedido de audiência pública

*Independente...06-11-2004*

O GPL “chumbou” no dia I do corrente mês o pedido de audiência pública feito por moradores de Viana, Benfica, Samba, que pretendiam saber quando é que o executivo de Luanda irá indemnizar as casas partidas por fiscais do GPL por alegadamente terem sido construídas em lugares inadequados.

Foi um autêntico pandemónio quando a população acompanhada de advogados teve que enfrentar a Brigada Canina da Unidade Operativa de Luanda. O GPL tinha os seus motivos, pois o pedido de audiência foi feito em forma de manifestação.

Sabe-se entretanto que existe em Luanda milhares de pessoas que não têm casas por falta de uma boa política habitacional por parte do governo que, ao que se sabe têm vindo nos últimos tempos a demolir casas da população sem indemnizações.

A população no entanto considera que o governo terá os acabrunhado pelo facto de, ao invés de os receber para negociar, ter mandado cães da Brigada Canina como porta-vozes. “Se o saudoso presidente António Agostinho Neto dizia apelava as pessoas a não olharem somente nos portos, nas importações, mas também e sobretudo aos campos, como é que o povo hoje faz suas lavras o governo manda desfaze-las?

E ainda por cima imitam Neto dizendo: “o mais importante é resolver o problema do povo?! São perguntas que realmente ficam no ar.

### 6.3 Major das FAA acusado de apoderar-se de casa alheia

*independente...06-11-2004*

Já lá vão mais de dois anos desde que Teresa Cardoso, 50 anos de idade e seus seis filhos vivem desamparados, abrigados de quando em vez por

amigos e outras pessoas de boa vontade. Tornaram-se famosos e mal devido à sua condição de “nómadas”. Foram arrancados coercivamente de sua moradia situada no bairro Tala Hady, rua 4, n.º 3, zona 19, município do Cazenga, pelo major das (FAA), Luiz Domingos Diogo, colocado na direcção dos serviços de assistência médica das FAA, propriamente no sector de depósito de medicamentos.

O triste episódio começou em 1995 após a morte, por assassinato, do marido de Teresa Cardoso, Faustino Daniel. Três dias após o enterro do malogrado foi tempo suficiente para que Luiz Domingos Diogo, por sinal vizinho, comesse a cobiçar a casa deixada por Faustino Daniel. Provavelmente aproveitando-se da sua condição de oficial superior das Forças Armadas, passou a exigir que aquela família abandonasse imediatamente a casa alegando que era sua propriedade, coisa que antes da morte de Faustino Daniel nunca tinha dito.

Incrédulos pela astúcia do major, Teresa e filhos mesmo assim não puderam responde-lo na altura. Pois ainda senti-am em seus corações a dor por causa da morte do chefe da família. “Insensível” conta Teresa Cardoso, “o major passou desde aquele momento a nos ameaçar morte caso não abandonássemos”. Teresa Cardoso e família denuncia-ram várias vezes o caso na esquadra policial do seu bairro, mas esta parece não se ter interessado do caso, pois não moveu nem uma palha sequer. Resultado: após sucessivas ameaças, Teresa sentiu-se desprotegida e não mais fez senão abandonar a casa, inclusive o mobiliário, vivendo, hoje, bastante desamparada.

Segundo Teresa Cardoso, a casa (propriedade do Estado) lhes havia sido passa-da em 1993 por uma prima do seu falecido marido, chamada Maria Manuel de Oliveira, que a ocupava desde 1975. Maria Manuel de Oliveira também foi ameaçada varias vezes pelo major Luiz Domingos Diogo que em algum momento, depois de uma briga, chegou a disparar mortalmente com uma pistola contra o cão de Maria de Oliveira.

No fundo, foi o terror cria-do pelo major que levou Maria de Oliveira, uma mul-her de avançada Idade, aban-donar a sua casa e para que não fosse ocupada pelo major ela convidou o seu primo que fosse ali viver. Mas Teresa conta que antes da morte de seu marido tinham boas relações com o major Diogo. “Nunca tinha dito que a casa era dele. Mal morre o meu marido aparece a dizer que a casa é sua propriedade !...” diz Teresa lacrimejando.

A nossa informadora afirma que desde a morte do seu

marido nunca gozou sequer um momento de paz e sossego, por causa das constantes ameaças de morte contra ela feitas pelo major de quem suspeita, igualmente ter usado corredor para obter ilicitamente os documentos da referida casa. referida casa. Entretanto, num contacto telefónico Luís Domingos Diogo alegou que este assunto deve ser tratado com o seu advogado.

Por sua vez, o advogado de Luís Domingos Diogo diz estar sereno uma vez que, segundo ele, o caso ficou ultrapassado num encontro havido entre a acusadora, o acusado e os respectivos advogados de ambas partes. Eu provo por A mais B que o meu cliente é legítimo dono da casa” disse Cláudio, advo-gado do acusado. Segundo ele, do encontro ficou claro que a casa é do major e a sen-hora Teresa sabe disso.

Teresa. porém, diz-se injustiçada, por isso apela aos órgãos competentes bem como ao coordenador da Comissão de Gestão de Luanda, Job Capapinha, e ao 1º secretário do MPLA em Luanda, Bento Bento, “peço que me ajudem, porque não tenho forças para enfrentar um militar”. Ela crê na sensi-bilidade das pessoas “por isto estou aguardando que justiça seja feita, porque não aguento mais este sofrimento”. De referir que em Janeiro de 2003, Teresa Cardoso havia solicitado as intervenções da Procuradoria Militar, do gen-eral Raul Hendrick e do comandante da Policia Militar, mas nenhum destes moveu palha sobre o assunto.

#### 6.4 Municípes agastados de tanto «engolirem» promessas do administrador

*A capital...13-11-2004*

Estradas esburacadas, ruas repletas de águas estag-nadas e fedorentas, lixo em todo lado, construções anárquicas, escassez de água, ruas escuras por falta de iluminação pública e alto índice de criminalidade, eis o pavoroso cartão postal do mais populoso município de Luanda, o Cazenga, nos dias que correm.

Cansados de testemunha-rem sempre a mesma inércia por parte das autoridades locais, os municípes há muito que já deixaram de se rever no consulado de Godó. Sem receio, consideram o actual executivo rodeado de «oportunistas que se querem servir da posição que ocupam para continuarem a provocar o sofrimento daquela gente».

Dizem-se, inclusive, conhecedores, ao pormenor, dos

métodos de actuação da equipa superiormente comandada por Godó: «eles batem as portas de organismos do Estado a solicitarem verbas com o pretexto de efectuarem obras de beneficiação em prol do município, mas, no final das contas, acabam sempre por não fazerem nada, preocupando-se mais com eles próprios do que com os seus munícipes», desabafaram os moradores interpelados.

Mateus da Costa é administrador municipal do Cazenga há mais de três anos, mas já exerceu, durante muitos anos, as funções de administrador adjunto. De lá para cá, segundo ainda os populares, «nada de relevante» foi realizado.

Como exemplo, os moradores destacam apenas o lastimável estado em que se torna o Cazenga, quando São Pedro abre as comportas, onde até o próprio administrador vê-se impossibilitado de aceder às instalações da administração local, dada a grande concentração de água no local, resultante da ausência de uma rede de escoamento funcional.

Aliás, contam-se aos de-dos de uma só mão as obras em andamento. Quase todas encontram-se paralisadas, na sua maioria por falta de pagamento aos empreiteiros. Das obras já concluídas, a administração vê-se agora em dívidas.

Das 56 escolas existentes, apenas duas são do ensino médio.

Para um universo de, aproximadamente, um milhão de habitantes, toma-se gritante o número de populares fora do sistema de ensino. Mas não é tudo, no cortejo de aberrações: é que a há mais de dez anos que a escola Santa Marta se encontra em trabalho de reabilitação, mas não se fala de data para a sua reinauguração.

Os moradores questionam-se sobre os critérios de nomeação de certas pessoas para cargos que consideram delicados.

O estudante universitário Armindo Pereira coloca em causa, por exemplo, a capacidade intelectual do presidente da comissão de moradores do bairro Cariango.

«Fico sem perceber como é que um indivíduo que apenas concluiu a 8ª classe pode dirigir uma área como a que ocupa», admirou-se.

«O actual administrador já deu mostras de que não tem capacidade para dirigir um município com a dimensão estratégica do Cazenga», afirmam, para depois solicitarem: «pedimos que o substituam rapidamente».

## 6.5 Desmobilizados da Caála recebem 12 hectares de terras

*Jornal de Angola...18-11-2004*

Doze hectares de terras já desbravadas no município da Caála, destinadas ao cultivo de batata rena, foram entregues, recentemente, a um grupo de ex-militares das Faplas, afecto a Associação dos Heróis do Morro do Candumbo.

De acordo com o responsável daquela Associação agrícola, para fazer cumprir o projecto da multiplicação de sementes da batata rena, o sector provincial da Agricultura disponibilizou aos antigos combatentes e veteranos de guerra mais de três mil quilos de sementes de batata rena.

«Trata-se de uma experiência piloto. Caso haja maior rendimento prevê-se colher ainda este ano 160 toneladas. Pretende-se ainda estender a actividade à outras localidades, nomeadamente no município de Lomduimbali e E Cunha», disse a fonte.

Feliciano Cavalela sublinhou, por outro lado, que dos números de hectares mencionados, a Associação precisa de pelo menos oito toneladas de fertilizantes de adubos.

«Os nossos membros estão pronto a pegar nas enxadas. Faltam-nos alguns meios como sacos e charruas tractores», precisou.

Adiantou por outro lado, que a Associação que dirige tem o propósito de inserir todos os desmobilizados de guerra, deficientes físicos e viúvas de guerra na actividade agrícola com vista ao combate a miséria no seio dos associados.

A referida associação, note-se, controla sete cooperativas agrícolas, sendo duas na comuna da Kalenga, quatro no município sede da Caála e uma no Longonjo.

## 6.6 Desterrados em terra própria

*A Capital...20-11-2004*

Tal como muitos refugiados, muitos Angolanos que abandonaram a sua zona de origem e fixaram residência em Luanda, devido à guerra, vivem em Viana, sem beneficiar de qualquer ajuda. Mais de dois anos após a assinatura do memorando de entendimento de Luena, que pôs termo à longa guerra civil que grassou pelo país, vários deslocados vivem ainda em tendas corroidas, sem acesso a água potável

ou serviços básicos de saúde.

O nome de Leila Figueiredo é um dos muitos que constam da lista de deslocados, que o Governo esqueceu em Viana. Há três anos as autoridades governamentais colocaram-na no local, deram-lhe uma tenda e jamais voltaram para saberem se sobreviveu. «Estou a passar muito mal, nem sequer tenho o que comer», lamentou.

Os dias de Leila são passados numa tenda completamente furada, onde os objectos de maior valor são um pequeno colchão e alguns utensílios de plástico. A sua sobrevivência tornou-se ainda mais difícil por-que há já alguns meses que tem as duas pernas inflamadas, o que impede que possa fazer algo para conseguir alguns trocados.

Voltar à terra natal é para a deslocada algo fora de cogitação, uma vez que perdeu os quatro filhos durante os confrontos militares no Bié e o terreno que circunda a sua casa foi transformado em vala comum. «Tenho más lembranças daquele local», realçou, com os olhos marejados de lágrimas.

Em situação similar está Conceição Cahombe que aos 37 anos nada mais possui além de uma tenda velha. «Há três anos que não recebemos nenhuma ajuda, fomos abandonados», reclamou. A falta de um posto de saúde na comunidade de deslocados é também motivo de preocupação.

«Quando alguém está doente, compramos um comprimido para combater a dor e esperamos que fique curado», explicou.

Para cúmulo da situação, uma estrutura que foi erigida no local para servir de posto médico, está a ser transformada em comité comunal do MPLA.

«O posto médico nunca funcionou e nos últimos tempos começaram a realizar as reuniões do partido no local», revelou um popular, que se diz agastado com a situação.

«Em vez de preocuparem-se com as condições da população, estão mais interessados em promover as acções partidárias», acusou. Aos mesmos cidadãos a quem foi negado o acesso aos cuidados primários de saúde, foi também retirado o direito à educação. É que em Viana-Sanzala escasseiam as escolas e muitos dos alunos estão privados de frequentarem uma escola. «Apenas permitem que se faça a matrícula de um filho, para pôr os outros pedem 2.000 kwanzas», lamentou Teresa, deslocada proveniente de Malanje.

«A nossa esperança é que o Governo se lembre de nós por-que também somos Angolanos», acrescentou Teresa, para mais adiante afirmar que leva «uma vida de cão».